



O ESTIGMATISMO NEGRO EM SALVADOR

Albérico Da Conceição Santos¹
Francisco William Coelho Bezerra²

RESUMO

Nas grandes capitais do país, tornou-se imprescindível deparar-se com as mazelas nos fundos dos quintais-antes não tão escancarados. Vale ressaltar que existe uma grande parcela da população que a séculos coexistem com os fragmentos do racismo, sobrevivendo à própria sorte. O cerne dessa pesquisa é sobre pessoas pobres e negras, vitimadas pelo racismo e estigmatismo negro no bairro Nordeste de Amaralina em Salvador. Análogo as fontes, busca-se amplificar o enfoque sobre o entendimento ostensivo de práticas nocivas ao homem negro, instituídas pelo estado, ligadas à subjugação da pessoa humana. Atenta-se também para o forte conceito de africanidade presente no bairro, onde motivos pelos quais, existem outros estudos “epistêmicos”, voltados à investigação de conflitos e dicotomias sociais e raciais presentes na localidade. A pesquisa toma como base, os grupos de agentes e movimentos sociais organizados, dos quais questionam sobre a existência de práticas estatal, voltada para a divisão dos espaços urbanos. Contudo, através do inciso VIII, artigo 5º e 182º, passamos a inquirir, porque tais afirmativas estariam calcadas pela violência, e incorporada à higienização social da pessoa negra?. Os dados do observatório nacional de segurança pública, de 2003 a 2013, fazem parte do escopo sobre a violência contra homens e mulheres negras na cidade de Salvador. Outrossim, cruzaremos as informações sobre a existência de um contingenciamento de encarcerados em idade proativa, dos 18 aos 29 anos, vitimados pela política do cárcere. O aprofundamento desse estudo se dará através do conceito de antropologia urbana, assim como de outros conceitos a serem atribuídos, na busca por resposta à essa política de cárcere.

Palavras-chave: SEGURANÇA PÚBLICA; VIOLENCIA; CONCEPÇÃO COLONIAL; RACISMO ESTRUTURAL.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, Discente, bmbblues2019@gmail.com¹
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Ceará, TAE, williamcb@unilab.edu.br²



INTRODUÇÃO

No Brasil existem diversas formas de aprisionamento que podem ser observadas a partir da instância em que a sociedade passa: a rotular, estigmatizar e manter em vigilância constante o ser humano negro/a. "Os suplícios eram a marca do período compreendido entre os séculos, XVI e XVIII, no qual as penas privativas de liberdade eram totalmente desconsideradas" (FOUCAULT, pág. 36, 37, 1975). Na Bahia de ontem e hoje, ainda vivemos momentos de instabilidade social, amalgamada pela letalidade, tanto do poder paralelo, quanto advindas das estruturas de segurança do estado. Na maioria das análises epistemológicas, essas ações violentas vêm convergindo para enfatizar, sobre o mais complexo estado de sítio em que vive a população civil da cidade do Salvador e (RM), com tantas mortes violentas. Nesse campo de batalha que se tornou a cidade mais negra do Brasil, segundo dados do IBGE sobre as vítimas, instituições midiáticas, estudiosos em segurança pública, há um colapso no sistema de combate à violência, sobretudo nas regiões mais periféricas de Salvador. As camadas mais atingida por essa violência instintiva, o povo pobre e negro, vivem clamando por soluções que urgem a tanta miséria; desemprego, fome e agora mortes violenta. "Estamos vivendo no mais completo estado de abandono ", declarou L. Da Silva. Capinan, morador do Nordeste de Amaralina, sobre o cerceamento do direito de ir e vir previsto no artigo 5º e que têm sido monitorados pelo crime organizado, fortemente instalado na comunidade. Na matéria do G1 de 22/07/21, sobre dados da violência e segurança pública, há uma análise sobre a filosofia de ação tática do estado no combate à criminalidade na Bahia. Segundo o veículo de comunicação, em reportagem ao observatório de segurança nacional, a instituição comenta que: "A nossa política de segurança pública não está baseada na lógica da preservação da vida, mas sim no confronto, no embate. Essa lógica é o que causa a altíssima letalidade entre pessoas criminalizadas e os policiais. É uma política que não funciona para nenhuma das pontas". A análise é do coordenador da Rede de Observatórios da Segurança na Bahia, co-fundador da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas (INPAD) e historiador, Dudu Ribeiro.

De acordo com esses órgãos que prezam pelo monitoramento da violência a nível nacional e regional, a população baiana estaria sob um derredor panorâmico hostil, na qual seus grupos (étnicos) e cidadãos como um todo, estariam vivendo num contexto de guerra civil declarada a muito tempo. Entretanto, ações de denúncias a esta situação, estariam sendo postas, consubstanciadas aos veículos e instituições internacionais dos direitos humanos, sobre denúncias de práticas de racismo, estrutural e institucional. Haja vista que essa afirmativa, estariam configuradas ao conceito de estigmatismo cromático-diaspórico, pertinentes aos fragmentos letais do colonialismo, inserido as práticas contemporâneas de dominação da psique do homem negro/a na Bahia. Ao ser constantemente vitimizada pelos reveses da anomia social em que se instalou na cidade de salvador, a maior parte da população, ou seja, a camada mais pobre pertencente a ela, acaba por viver sitiada, vitimizada pelo poder paralelo. Todavia, através da aplicabilidade do conceito de interseccionalidade, nos permite compreender melhor as desigualdades, bem como a sobreposição política em que está acometida essa camada social, ainda bastante vulnerável. Os entraves político-sociais, relacionados à divisão dos espaços urbanos, têm sido litigiado de forma violenta nos bairros pobres das grandes capitais, algo que existe há bastante tempo em nossa sociedade. Entretanto, essas ações covardes e vazias, tem causado perplexidade, quanto às mortes de inocentes, pobres e negros, impulsionadas simplesmente pela incompatibilidade de cor e raça. Esse genocídio negro culmina por escrever um triste capítulo de derramamento sangue, numa dicotomia extrema, que vem pontuando diversos estudos na Bahia e no Brasil.

Pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da



soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder, (MAMBEMBE, 2015).

METODOLOGIA

Quanto à escolha de objetivos de pesquisa, estarão baseadas nas investigações científicas. Por sua vez, seu eixo conceitual, refere-se a uma pesquisa de caráter exploratório, descritivo que através deste permite o pesquisador familiarizar com um assunto que ainda não é muito conhecido e explorado, que no final da pesquisa o pesquisador passará a familiarizar-se e ter mais informações sobre o assunto, permitindo que se possa construir suas hipóteses. (GIL, 2002, p. 41). A pesquisa exploratória é o procedimento investigativo que emprega a análise de documentos de domínio público os quais são literatura científica ligada ao objeto estudado e que busca estabelecer uma problemática teórica através da inquirição de bibliografia (KETELE; ROEGIERS, 1996).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisar o homem negro sobre o prisma da criminologia antropológica, têm sido a forma de estereótipos que são refutados a classe mais pobre da população a mais de um século, desde a abolição da escravatura em 1988. Apesar dos avanços da lei de cotas ter caminhado em sentido de igualdades de oportunidades a partir de 2003, objeto da lei 10.639, o homem negro ainda tece o fio do escravagismo perpétuo, atribuídos a ele. Essa concepção social só corrobora a não lhe permitir sua inclusão nos espaços institucionais pelo seu estado estigmático de violência primitivista. Os povoamentos de calçadas, manicômios e vielas, tem sido o refúgio da psique do homem negro na Bahia, ao longo de décadas a fios, situação que segundo sociólogos, atravessou todo século XX. As pesquisas acadêmicas, têm descrito em diversas narrativas, uma legião de andarilhos e famigerados na sua maioria negros (as), que vagam pelas regiões centrais das grandes cidades. Na grande capital baiana, elas seriam vitimadas pela ignorância subjetiva e o analfabetismo pragmático sobre consequência tutelar do colonialismo abstrato.

Para tanto, no momento em que os holofotes nacional se voltam sobre o estado de violência em que vive o Estado da Bahia, vale ressaltar que esse estado de violência possui resquícios históricos e precisa ser combatido através de políticas públicas voltadas ao povo negro, na grande maioria pobres, vivendo em situação de vulnerabilidade social.

Contextualização do sistema prisional brasileiro no mundo. Taxa da população prisional para cada 100.000 habitantes Taxa de ocupação Taxa de presos sem condenação:

- Estados Unidos 2.228.424 698 102,70% 20,40%.
- China 1.657.812 119 -
- Rússia 673.818 468 94,20% 17,90%.
- Brasil 607.731 300 161,00% 41,00%
- Tailândia 308.093 457 133,90% 20,60%.
- México 255.638 214 125,80% 42,00% Irã 225.624 290 161,20% 25,10%.
- Indonésia 167.163 66 153,00% 31,90%.
- Turquia 165.033 212 101,20% 13,90%.
- África do Sul 157.824 290 127,70% 26,00%.
- Colômbia 116.760 237 149,90% 35,20%.



CONCLUSÕES

Bom, da pesquisa conclui-se o seu grande valor agregado na exploração científica, antropológica, sociológica e historiográfica. Haja vista que pra entendermos todo processo social e econômico na contemporaneidade, bem como suas nuances voltadas a política do cárceres, bem como as concepções “racial” e suas dicotomias na Bahia, precisamos nos ater aos dados de natureza histórica. O astigmatismo cromático que se instalou nos bairros pobres da capital salvador, bem como em outras capitais do nordeste em todo Brasil, está consubstanciada a esses processos colônias, e vem corroborar sobre tais lacuna. A degradação e estigma atribuído ao povo negro, assim como sua degradação social, têm sido calcada pelo racismo e pelos processos escravagistas ao longo de séculos.

AGRADECIMENTOS

À todos os presentes, sobretudo aos que acreditam num mundo sem o estigmatismo negro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil, subchefia para assuntos Jurídicos. Disponível em: Acesso em: 17 de set. 2021.

, Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerária. CPI sistema carcerário. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmera, 2009,

CUNHA, Olívia. 2004. "Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo". Mana,10(2):287- 322. COLLINS, Patricia Hill. 2018. "Epistemologia feminista negra". In: BERNARDINO- COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón.(Org.) Descolonialidade e pensamento afro diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica.

CUNHA, Manuela Carneiro da. 2012. Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Companhia das Letras.[Íntegra]

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAORO Raimundo. A integração do negro na sociedade de classes. Volume 1: (O legado da “raça branca”) Capa comum – 1 novembro 2008, ed. São Paulo: Globo, 2001 [1958].

FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1978, v.1.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002., Métodos e técnicas de pesquisa social. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA. Elaine Linhares de Assis, Manual de pesquisa qualitativa, UNA, Belo Horizonte, 2014.

G1, Bahia. BA é estado do país com maior número de mortes violentas de jovens entre 15 e 29 anos desde 2009, aponta estudo. Disponível em: . Acesso em: 17 de set. 2021.

HALL, Stuart. “Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais”. Belo Horizonte: EdUFMG/Humanitas, 2009.



KETELE, J. M. D.; ROEGIER, X. Méthodologie du recueil d'informations: Fondements des méthodes d'observations, de questionnaires, d'interviews et d'études de documents, Bruxelles, De Boeck Université, 3 édition, 1996.

HABERMAS, Jürgen. A Inclusão do Outro: estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995. MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne (Orgs). Teorias da etnicidade: seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo. Ed. Companhia das Letras, 1995.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

REIS, Vilma Maria dos Santos. Atocaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 - 2001. Publicado em 2005.

Referências complementares para pesquisa

BRASIL. Presidência da república. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria geral da presidência da república e Secretaria Nacional da Juventude-Brasília: Presidência da república 2015.

. A visão do Ministério Público sobre o sistema prisional brasileiro. Ed. CNMP,